

Superior Tribunal de Justiça

ARE no RE nos EDcl nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.328.029 - RJ (2018/0170855-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
AGRAVANTE : JOAO CARLOS DOS SANTOS NOBRE
ADVOGADO : ÍTALO PIRES AGUIAR - RJ163402
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO

Trata-se de agravo em recurso extraordinário, interposto por JOÃO CARLOS DOS SANTOS NOBRE, contra decisão que não admitiu recurso extraordinário manejado em face de acórdão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, sintetizado nos seguintes termos (fl. 392):

PROCESSUAL PENAL. AGRADO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS. ART. 1.021, § 1º, do CPC. SÚMULA 182/STJ. AGRADO NÃO CONHECIDO.

1. É inviável o agravo regimental ou interno que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, consoante o disposto no art. 1.021, § 1º, do CPC e na Súmula 182 do STJ. Precedentes.

2. Agravo regimental não conhecido.

A decisão ora agravada não admitiu o recurso extraordinário, com fundamento no artigo 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, conforme ementa abaixo (fl. 523):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA. VÍCIO FORMAL GRAVE. REQUISITO INDISPENSÁVEL. RECURSO NÃO ADMITIDO.

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários certificou a ocorrência do trânsito em julgado, datado de 27/09/2019 (fl. 558).

Em momento posterior ao efetivo trânsito em julgado, o peticionário aviou o agravo em recurso extraordinário, protocolado eletronicamente em 30/09/2019 (fls. 3/10 do expediente avulso).

Não há mais nada a prover na espécie.

Observa-se, como mencionado, que o trânsito em julgado da decisão em que não se admitiu o recurso extraordinário já foi certificado nestes autos (fl. 558), sendo manifestamente incabível o presente recurso.

De fato, a prestação jurisdicional, na espécie, já foi exaurida, no que competia ao Superior Tribunal de Justiça e à Vice-Presidência desta Corte.

Feitas essas considerações, **fica determinado o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do STJ.**

Publique-se.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura
Vice-Presidente

